

UMA SEGUNDA ESQUADRA PARA O BRASIL?(*)

EDUARDO ITALO PESCE (**)
Professor

SUMÁRIO

Introdução
Um país com dois litorais
Viabilizando uma segunda Esquadra
Forças Prontas em estação
Comando Naval do Norte
Conclusão
Organograma nº 1
Organograma nº 2

INTRODUÇÃO

No dia 18 de dezembro de 2008, foi assinado o Decreto nº 6.703, aprovando a Estratégia Nacional de Defesa (END) e dando outras providências. Precedida de

uma exposição de motivos, assinada pelos ministros da Defesa e de Assuntos Estratégicos, a nova estratégia é um extenso documento composto de duas partes: Formulação Sistemática e Medidas de Implementação.¹

(*) Trabalho submetido à *Revista Marítima Brasileira* em janeiro de 2009.

(**) Especialista em Relações Internacionais, professor no Centro de Produção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Cepuerj) e colaborador permanente do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval (Cepe/EGN) e da *Revista Marítima Brasileira*.

1 Cf. Presidência da República, *Decreto nº 6.703, de 18/12/2008* – Aprova a Estratégia Nacional de Defesa (END) e dá outras providências. Brasília, 18/12/2008. Texto completo disponibilizado em <http://www.defesa.gov.br/>.

Um executivo francês teria descrito o novo plano de defesa do Brasil como “um Projeto Gaulista nos trópicos”.² Desde a década de 20 do século XX, quando foram contratadas a Missão Militar francesa e a Missão Naval norte-americana, não se formulava projeto tão ambicioso e abrangente para as Forças Armadas brasileiras. Vários documentos complementares à END devem ser editados até 2010.

Com relação à Marinha, a END propõe priorizar inicialmente a tarefa de negação do uso do mar, em relação às de controle de área marítima e de projeção de poder sobre terra. Para a defesa da soberania e dos interesses nacionais na “Amazônia Azul”, identifica duas áreas marítimas como potencialmente críticas: a que vai de Santos a Vitória e a situada em torno da foz do Rio Amazonas.³

Este artigo examina a perspectiva de reestruturação dos meios operativos da Marinha do Brasil, em função da possibilidade de vir a ser criada, em futuro não muito distante, uma segunda Esquadra no Norte/Nordeste do País. As opiniões e os conceitos emitidos são de caráter pessoal e não refletem pontos de vista oficiais.

UM PAÍS COM DOIS LITORAIS

A nova END afirma que, no caso da Marinha, o planejamento da distribuição espacial das forças no território nacional deverá priorizar a necessidade de constituição de uma segunda Esquadra, sediada no litoral Norte/Nordeste do Brasil.⁴ Esta teria por atri-

buição defender a Amazônia pelo mar, além de proteger os interesses nacionais na área marítima situada ao norte de Natal-Dacar.

Na prática, o Brasil possui dois litorais, separados pela cintura Natal-Dacar e formando uma cunha em direção à África. A área marítima setentrional (ao norte de Natal) defronta-se com o Atlântico Norte e a extremidade sudeste do Caribe, enquanto que a área meridional (ao sul de Natal) está inteiramente voltada para o Atlântico Sul.⁵

Estas duas áreas têm características dissimilares. Ao norte de Natal, a postura do Poder Naval brasileiro provavelmente seria de contenção estratégica, priorizando as tarefas de negação do uso do mar e contribuição para a dissuasão. Ao sul, poderia ser de projeção estratégica, priorizando o controle de áreas marítimas e (quando necessário) a projeção de poder sobre terra.

Ao norte, localizam-se os Estados Unidos e a Europa, que possuem Marinhas capazes de garantir a proteção do tráfego marítimo e demais atividades econômicas ligadas ao mar, contra o terrorismo, a pirataria ou quaisquer outras ameaças. Por isso, a atuação do Poder Naval brasileiro naquela área visaria a objetivos de âmbito mais local.

Qualquer tentativa de ocupar militarmente a Amazônia (ou parte dela) incluiria algum tipo de ação naval de potências estrangeiras, contra a foz do Amazonas e o litoral norte do Brasil. A defesa da Amazônia teria que começar no mar, empregando meios capazes de dificultar ou inviabilizar o trânsito de uma força hostil.⁶

2 Cf. Eduardo Italo Pesce & Iberê Mariano da Silva, “Gaulismo tropical”, *Monitor Mercantil*, Rio de Janeiro, 6/1/2009, p.2 (Opinião). Cf. também Nelson F. Düring, “Um conto de Natal: os três Quixotes”, *Boletim Defesa@Net* – 24/12/08 (Edição 17-08). Disponibilizado em <http://www.defesenet.com.br/>.

3 Cf. Presidência da República, Op. cit., p.12.

4 Ibidem, p.41.

5 Cf. Eduardo Italo Pesce, “Uma Marinha com duas Esquadras”, *Monitor Mercantil*, Rio de Janeiro, 18/9/2008, p.2 (Opinião). Cf. também Eduardo Italo Pesce, “Uma Marinha oceânica para o século XXI”, *Revista Marítima Brasileira* 123 (1/3): 141-163 – Rio de Janeiro, jan./mar. 2003.

6 Cf. Pesce, “Uma Marinha com duas Esquadras”, Op. cit.

Desse modo, a composição de uma Esquadra destinada a operar ao norte de Natal-Dacar deveria enfatizar os submarinos nucleares e convencionais, assim como as forças ligeiras de superfície. Apoiada por aviação baseada em terra, esta força naval atuaria principalmente na defesa aproximada e distante da foz do Amazonas e do litoral norte do Brasil.

Ao sul de Natal-Dacar, a Marinha do Brasil poderia vir a exercer o papel de protagonista regional, na defesa da soberania e dos interesses nacionais. Aí deveria atuar uma Esquadra balanceada, nucleada em um ou mais navios-aeródromo e integrada por navios de combate de superfície, submarinos de propulsão nuclear e convencional, uma força anfíbia adequada e navios de apoio logístico móvel.⁷

VIABILIZANDO UMA SEGUNDA ESQUADRA

O Brasil necessita de uma Marinha balanceada com capacidade polivalente, apta a atuar em áreas relativamente distantes de seu litoral, e tal necessidade é percebida até no exterior.⁸ Apesar disso, a END propõe que o desenvolvimento dos meios operativos para atender às tarefas básicas do Poder Naval seja sequencial, priorizando inicialmente a tarefa de negação do uso do mar.⁹

A transformação da Marinha do Brasil numa réplica da Marinha soviética do final dos anos 50 poderia, erroneamente, dar a impressão de que a estratégia naval brasileira, de cunho defensivo, teria como adversário

potencial a Marinha dos EUA. O Brasil deve buscar ser percebido como aliado ou parceiro confiável, e não como provável adversário.¹⁰

O sequenciamento das prioridades, porém, pode ser visto como uma imposição das limitações orçamentárias. Assim, as idéias expressas na END não divergem em demasia do Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM), que contempla a obtenção ou modernização de meios flutuantes, aéreos e de fuzileiros navais, segundo metas de curto, médio e longo prazo.

Este programa divide-se em oito grupos de prioridade: (1) submarinos e torpedos; (2) navios-patrolha; (3) helicópteros; (4) navios de escolta; (5) navios-patrolha fluviais; (6) sinalização do transporte aquaviário e navios-

hidrográficos; (7) navio-aeródromo (modernização), mísseis, minas e munição; e (8) equipamentos para o Corpo de Fuzileiros Navais e navios de desembarque.

Os interesses marítimos do Brasil não se limitam à área vital, constituída pela “Amazônia Azul”. A área primária de influência do Poder Naval brasileiro abrange todo o Atlântico Sul, entre a América do Sul e a África, bem como parte do Oceano Antártico. A área secundária, por sua vez, inclui o Mar do Caribe e parte do Pacífico Sul, nas proximidades do litoral sul-americano.¹¹

Para viabilizar a criação de uma segunda Esquadra no Norte/Nordeste do País, a quantidade de meios flutuantes, aéreos e de fuzileiros navais deveria ser considera-

O Brasil deve buscar ser percebido como aliado ou parceiro confiável, e não como provável adversário

7 Ibidem. Cf. também Eduardo Italo Pesce, “Uma Marinha para o Hemisfério Sul”, *Monitor Mercantil*, Rio de Janeiro, 18, 19 e 20/10/2008, p.2 (Opinião).

8 Cf. Michael E. Connors, “*Tudo pela Pátria*”: *The Brazilian Navy's Drive to Blue Water* (Monterey: Naval Postgraduate School, June 2005), pp.1-8. Master's Thesis.

9 Cf. Presidência da República, Op. cit., p.12.

10 Cf. Pesce, “Uma Marinha para o Hemisfério Sul”, Op. cit.

11 Cf. Pesce, “Uma Marinha com duas Esquadras”, Op. cit. Cf. também Eduardo Italo Pesce, “Atlântico Sul: aumento da presença naval norte-americana?”, *Revista Marítima Brasileira* 128 (7/9): 98-103, Rio de Janeiro, jul./set. 2008.

velmente ampliada. Numa estimativa realista, a Marinha do Brasil deveria ser constituída por 140 ou 150 navios e por número semelhante de aeronaves. Infelizmente, isso excederia as atuais possibilidades financeiras do país.

A END menciona a necessidade de construção, nas proximidades da foz do Amazonas, de uma grande base naval com instalações comparáveis às existentes no Rio de Janeiro.¹² Atualmente, a Marinha dispõe de pouca infra-estrutura de apoio no litoral Norte/Nordeste, bem como nos rios da Amazônia, pois ali estão sediados apenas elementos de forças distritais.

Para apoiar uma Esquadra, seria necessário construir novas bases ou ampliar e modernizar as bases navais de Belém (PA), Natal (RN) e Aratu (BA). Para isso, as limitações físicas dos portos (com exceção de Aratu, na Baía de Todos os Santos) teriam que ser levadas em consideração. Podemos afirmar que tais projetos constituiriam metas de médio ou longo prazo.

FORÇAS PRONTAS EM ESTAÇÃO

Com pequena ampliação da infra-estrutura existente, porém, poderia ser estacionada naquela área uma força pronta da Esquadra, inicialmente constituída por um número reduzido de navios. Tal possibilidade já havia sido cogitada pela Marinha na década de 70 do século passado, mas a idéia foi postergada devido à crônica escassez de recursos.

Esta força incluiria um Grupo-Tarefa (GT) de superfície, integrado por dois ou três navios de escolta, um navio-tanque e um navio de desembarque de carros de combate, assim como um ou dois submarinos, que operariam independentemente. Haveria também Destacamentos Aéreos

Embarcados (DAE), constituídos por helicópteros a bordo dos navios.

O local mais apropriado para estacionar tal força talvez fosse Belém, junto à foz do Amazonas, onde já existe a Base Naval de Val de Cães (BNVC). Outra opção seria São Luís, situada a uma distância um pouco maior, mas aí teria que ser construída uma nova base naval. Natal e Aratu (especialmente esta última) estão mais distantes da Amazônia.

Situada ao sul da cintura Natal/Dacar, a Base Naval de Aratu (BNA) é a mais bem equipada do Nordeste brasileiro. Inaugurada nos anos 70, foi construída para ser uma das bases principais da Marinha, capaz de apoiar unidades da Esquadra. As dificuldades orçamentárias das três últimas décadas impediram a plena realização daquele objetivo.

Além de elementos da Esquadra, um grupamento operativo da Força de Fuzileiros da Esquadra também poderia ser estacionado no norte do Brasil. Inicialmente, este poderia ser um Elemento Anfíbio (ElmAnf), nucleado numa companhia de operações especiais. Posteriormente, o efetivo e os meios de fuzileiros navais poderiam ser ampliados.

Estas forças teriam que ser apoiadas a partir do Rio de Janeiro, enquanto não houvesse na área uma infra-estrutura adequada. Haveria necessidade de uma base para navios de superfície e outra para submarinos, além de um arsenal para reparos. Nem sempre seria viável o deslocamento dos navios para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ).

Seriam necessárias instalações de apoio às aeronaves da Marinha (normalmente helicópteros), talvez em uso condominial com a Força Aérea Brasileira. A FAB opera a aviação de patrulha marítima baseada em

12 Cf. Presidência da República, Op. cit., p.14.

terra. Para alojar o grupamento operativo da FFE, um dos quartéis dos grupamentos regionais de fuzileiros navais poderia ser ampliado sem dificuldade.

Outro problema estaria relacionado com a necessidade de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), em número suficiente para as famílias de todo o pessoal militar das unidades deslocadas para a área. A permanência das famílias no Rio, enquanto esse pessoal estivesse servindo no norte do País, seria problemática.

COMANDO NAVAL DO NORTE

Para viabilizar as medidas sugeridas acima, não haveria necessidade de grandes alterações na estrutura da Marinha. Seriam mantidos, com suas respectivas atribuições, o Comando de Operações Navais (ComOpNav) e seus principais comandos subordinados, o Comando-em-Chefe da Esquadra (Comemch) e o Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE), todos sediados na área Rio.

Atualmente, o Comandante de Operações Navais (CON) acumula o cargo de Diretor-Geral de Navegação (DGN) e tem outros 14 almirantes diretamente subordinados, em função de comando ou de direção de serviços. O cancelamento da acumulação CON/DGN vem sendo sugerido, como uma forma de reduzir o volume de encargos deste oficial-general.

Outra maneira, na visão do autor, poderia ser a criação de um Comando Naval do Norte (possivelmente sediado em Belém), subordinado ao ComOpNav. A área de cobertura deste novo comando incluiria a Amazônia, as águas sob jurisdição nacional (que constituem a

área vital) e as áreas marítimas estratégicas situadas acima de Natal-Dacar (parte das áreas primária e secundária).

Ao Comando Naval do Norte ficariam subordinados os componentes da Esquadra e da FFE que estivessem operando em sua área de cobertura, além dos comandos de três Distritos Navais (3º DN em Natal, 4º DN em Belém e 9º DN em Manaus), com suas respectivas forças distritais, bases navais e demais organizações militares de apoio (ver Organograma nº 1).

Junto ao estado-maior do novo comando, haveria oficiais de ligação do Comemch e do ComFFE, a fim de facilitar e coordenar o apoio operativo prestado na área sob jurisdição do CNN. Naturalmente, os 1º, 2º, 5º, 6º, 7º e 8º DN permaneceriam subordinados diretamente ao

CON, ao qual o CNN também estaria subordinado (ver Organograma nº 2).

CONCLUSÃO

Espera-se que a nova Estratégia Nacional de Defesa (END) não se torne um mero

“protocolo de intenções”, e que os investimentos necessários à sua implementação sejam efetivamente realizados. A disponibilidade de Forças Armadas fortes, apoiadas por uma base industrial de defesa autônoma, é essencial para que o Brasil seja reconhecido em sua real dimensão geopolítica.

A atual Esquadra brasileira, sediada na área do Rio de Janeiro, é constituída por aproximadamente 30 navios, que representam cerca de um terço do total de navios em serviço na Marinha. A criação, no litoral Norte/Nordeste, de uma segunda Esquadra, com sua infra-estrutura de apoio logístico, é uma aspiração antiga da Marinha do Brasil, que talvez se concretize num futuro não muito longínquo.

**Espera-se que a nova
Estratégia Nacional de
Defesa (END) não se torne
um mero “protocolo de
intenções”**

Entrementes, o estacionamento de forças prontas da Esquadra e da Força de Fuzileiros da Esquadra na área norte do País pode ser uma opção mais modesta, para aumentar a presença do principal núcleo combatente do Poder Naval brasileiro na região. Enquanto se constrói a infra-estrutura necessária, estas forças poderiam ser apoiadas a partir do Rio de Janeiro.

No período 1942-45, durante a Segunda Guerra Mundial, foi atribuída a denominação “Comando Naval do Norte” ao embrião do atual Comando do 4º Distrito Naval (Com 4º DN), sediado em Belém. A área daquele comando incluía também a Amazônia Ocidental, hoje sob jurisdição do Com 9º DN, sediado em Manaus.¹³

Mais uma razão para que esta denominação seja atribuída a um novo comando operativo, subordinado ao ComOpNav. Ao Comando Naval do Norte ficariam subordinados os comandos dos três Distritos Navais situados ao norte de Natal-Dacar, com suas respectivas forças distritais e bases de apoio, assim como os elementos da Esquadra e da FFE que estivessem operando naquela área.

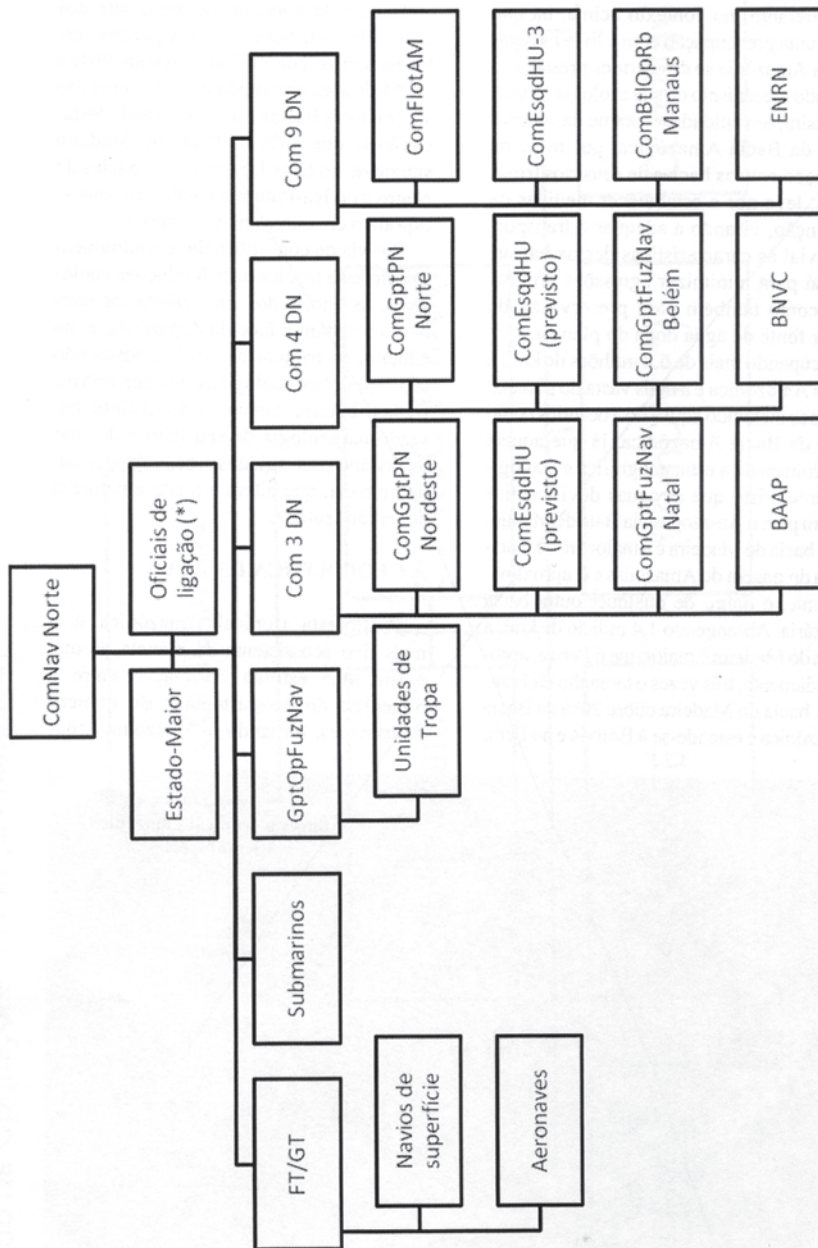
Durante a realização de exercícios conjuntos ou combinados, na área sob sua jurisdição, o Comandante Naval do Norte (CNN) poderia atuar como comandante de um Teatro de Operações Marítimo (TOM) ou do componente naval de um Comando de Operações Terrestre (TOT). A inclusão de comandos combinados permanentes, na estrutura militar de paz, seria demasiadamente onerosa.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS>; Marinha do Brasil; Esquadra; Amazônia; Pensamento Militar;

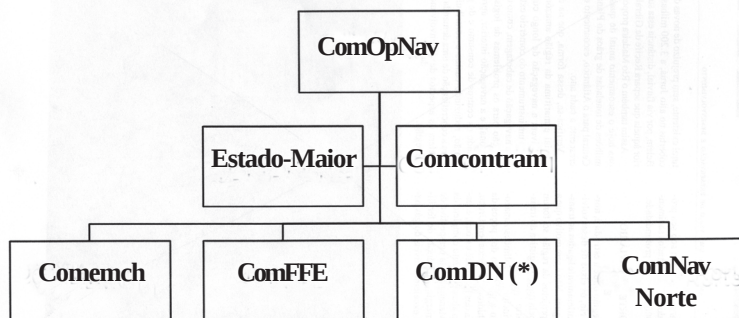
13 Cf. Herick Marques Caminha, *Organização e administração do Ministério da Marinha na República*. (Brasília/Rio de Janeiro: Funcep/SDGM, 1989), pp.59-65. História Administrativa do Brasil nº 36.

1 – Comando Naval do Norte (simplificado)



(*) Observação: Haveria oficiais de ligação do Comemch e do ComFFE, a fim de facilitar e coordenar o apoio operativo prestado na área sob jurisdição do CNN. O Comando de Controle Naval do Tráfego Marítimo (Comcontram) também estaria representado.

2 – Comando de Operações Navais (simplificado)



(*) Observação: Os 1º, 2º, 5º, 6º, 7º e 8º DN permaneceriam subordinados diretamente ao CON. Os 3º, 4º e 9º DN estariam subordinados ao CNN.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 6.703, de 18/12/2008*. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa (END) e dá outras providências. Brasília, 18/12/2008. Texto completo disponibilizado em <http://www.defesa.gov.br/>.
- _____. Presidência da República. *Decreto nº 6.592, de 02/10/2008*. Regulamenta o disposto na *Lei nº 11.631, de 27/12/2007*, que dispõe sobre Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob). Brasília, 02/10/2008. Texto do decreto disponibilizado em <http://www.defesanet.com.br/>.
- CAMINHA, Herick Marques. *Organização e administração do Ministério da Marinha na República*. Brasília/Rio de Janeiro: Funcep/SDGM, 1989. História Administrativa do Brasil nº 36.
- CONNORS, Michael E. *“Tudo pela Pátria”: The Brazilian Navy’s Drive to Blue Water*. Monterey: Naval Postgraduate School, June 2005. Master’s Thesis.
- DÜRING, Nelson F. “Um conto de Natal: os três Quixotes”. *Boletim Defesa@Net* – 24/12/2008 (Edição 17-08). Disponibilizado em <http://www.defesanet.com.br/>.
- PESCE, Eduardo Italo. “Uma Marinha para o Hemisfério Sul”. *Monitor Mercantil*, Rio de Janeiro, 18, 19 e 20/10/2008, p.2 (Opinião).
- _____. “Uma Marinha com duas Esquadras”. *Monitor Mercantil*, Rio de Janeiro, 18/09/2008, p.2 (Opinião).
- _____. “Atlântico Sul: aumento da presença naval norte-americana?” *Revista Marítima Brasileira* 128 (7/9): 98-103. Rio de Janeiro, jul./set. 2008.
- _____. “Aviação Naval, 92 anos”. *Monitor Mercantil*, Rio de Janeiro, 23, 24 e 25/08/2008, p.2 (Opinião).
- _____. “Sugestões para uma Estratégia Nacional de Defesa”. *Monitor Mercantil*, Rio de Janeiro, 11/07/2008, p.2 (Opinião).
- _____. “Subsídios para uma Estratégia Nacional de Defesa”. *Revista Marítima Brasileira* 128 (4/6): 135-141. Rio de Janeiro, abr./jun. 2008.
- _____. “Guerra de quarta geração: implicações para a Marinha do Brasil”. *Revista Marítima Brasileira* 128 (1/3): 113-132. Rio de Janeiro, jan./mar. 2008.
- _____ & CARNEIRO, Mário Roberto Vaz. “Aviação de patrulha marítima”. *Monitor Mercantil*, Rio de Janeiro, 12/08/2008, p. 2 (Opinião).
- _____ & DA SILVA, Iberê Mariano. “Gaulismo tropical”. *Monitor Mercantil*, Rio de Janeiro, 06/01/2009, p. 2 (Opinião).